

# O proceder de Adalton

Resenha (review) de 'Crime e proceder: Um experimento antropológico', de Adalton Marques

**Daniel Hirata**

Professor da UFF

O texto de Adalton Marques *Crime e proceder: Um experimento antropológico* é um acontecimento. Originalmente uma dissertação de mestrado defendida no PPGAS/USP, sob orientação de Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, em 2010, e publicado agora como livro, trata-se de uma obra de referência que deve ser lida por todos os interessados nos estudos do crime e das periferias urbanas ou que simplesmente gostem de ler uma ótima etnografia. Mas para além dessas recomendações, absolutamente triviais ao partirem de quem escreve uma resenha, afirmo ser um verdadeiro acontecimento, no sentido de ter a “força de colocar situações em movimento” (BADIOU, 1996) (com o perdão da rima). Por isso, somente anuncio o que já aconteceu para aqueles que ainda não perceberam.

À sua maneira, o acontecimento é radical, talvez com um único antecedente, que claramente o inspira e o antecede: trata-se de *Um abraço para todos os amigos*, de Antônio Rafael Barbosa (1998), publicado pouco mais de 10 anos antes. A aproximação entre essas suas obras poderia ser feita em várias frentes: na ousadia em termos formais, na influência de um certo careca francês indomável, na tematização heterodoxa da questão do crime e da violência, em uma certa perspectiva combatente que não procura fórmulas fáceis, mas sobretudo na construção de uma verdadeira teoria etnográfica. A apresentação, feita pela antiga orientadora de Adalton Marques, enfatiza o “fazer antropológico” do autor como “um exercício respeitoso com o outro” que desloca para “patamares não convencionais de reflexão” essa relação. E a introdução, escrita justamente por Barbosa, destaca um “ousado viés etnográfico” nas contribuições “epistemológicas, orientadas por escolhas éticas e políticas”. Nada mais a acrescentar, apenas, como disse, o anúncio do acontecimento.

Lembro-me bem da defesa de mestrado de Adalton, na qual estive presente, na plateia, mas li pela primeira vez o texto, ainda como dissertação, mais ou menos um ano depois daquele momento. Nesse meio tempo, eu mesmo defendi minha tese de doutorado, cujo ponto de partida, quatro anos antes, era entender o “proceder”, justamente a figura de interesse da obra aqui resenhada. Por meio dos caminhos tortuosos pelos quais a pesquisa de campo me conduziu, o tema de minha tese havia mudado, mas não o meu interesse pelo proceder. Por isso, terminei a tese com uma reflexão sobre essa ideia por meio de músicas dos Racionais MC’s e me lembro que um grande filósofo que fazia parte da banca de arguição disse em certo momento: “A tese inteira deveria ser como a última parte”. Discordei e continuo a discordar respeitosamente sobre esse ponto, primeiramente porque os caminhos tortuosos e meus próprios demônios me conduziram para outros lugares; em segundo lugar porque aquele trabalho já havia sido feito por Adalton.

Na verdade, ele havia feito muito mais do que eu mesmo imaginara e poderia fazer em relação ao proceder. Adalton parte dele para entender o “ser ladrão” e “o crime”. E isso não é pouco. É mais da metade do caminho para construir uma teoria antropológica poderosa, que responde, sem se esquivar, algumas das perguntas mais prosaicas e difíceis que a análise do crime só consegue conceber, no mais das vezes, por meio de nossa “vã criminologia”. Com o que há de melhor, (nós, “especialistas”) desviamos do assunto ou contornamos questões para não ter que responder às questões que Adalton, na relação com seus interlocutores, encara de forma ao mesmo tempo “cabulosa” e “humilde”. Humilde porque parte de um objeto aparentemente restrito, cabulosa porque tem incrível poder de abrangência: o proceder com que trabalha é um, aquele associado ao crime. A mente do ser ladrão é pensada por meio de um único duplo, ser humilde/cabuloso; o crime é caracterizado quase por meio de um único termo, a força; mas a perspectiva analítica proposta é potencialmente ilimitada. Trata-se de uma dissertação passível de ser desdobrada em inúmeros trabalhos (teses, livros, etc.). Pois essa potência de colocar essas situações em movimento deve ser exposta. Vamos a ela.

“São mil territórios conectados pelo mesmo nome.” Essa frase, entre tantas outras, nunca saiu de minha cabeça na primeira leitura. Para mim, ela definia um excelente ponto de partida. Ainda o acho. O proceder não é substância, apesar de ser um substantivo; não é uma propriedade, apesar de ser um atributo; não pode ser essencializado nem fixado, porque é fluido, móvel, situacional, posicional e relacional. Poderíamos caracterizar o proceder como um movimento não codificável, um espaço reflexivo e, ao mesmo tempo, conflitivo quando situado concretamente em cada um de seus mil territórios. Isso não significa que ele tenha mil versões, e sim que faz mais de mil conexões, pois os territórios se conectam entre si e pelo mesmo nome.

A questão é que esse mesmo nome aciona diferentes pontos de vista. Não há consenso quando se fala sobre o proceder, porque como movimento não codificável, reflexivo e conflitivo, é impossível fixar a denominação como em um código ou um conjunto de regras, ainda que estas últimas não sejam reduzíveis ao positivismo jurídico, como chama atenção o autor. Mas, então, como poderia ser pensado o proceder? Se essas são as suas características, isso não impediria justamente de estudá-lo? Somente em uma certa perspectiva, que Adalton procura refutar e deslocar o tempo inteiro. São pontos de vista, diz, e o que isso quer dizer é que sempre que perguntava a seus interlocutores acerca do certo (“O que é correr pelo certo?”), a resposta o conduzia a como se dá a “verdade”: “Os jogos de conexão e desconexão dos estratos em questão são o próprio argumento que sustenta a ‘verdade’”.

Adalton explora esta intensidade (DELEUZE; 1973) por meio de uma conexão entre o *dizível*, do proceder, e o *visível*, da partilha entre convívio e seguro nas prisões. São os homens de proceder que habitam o convívio e que expulsam os sem proceder para o “seguro”, palavra única que articula uma população banida, a condição de banimento e o lugar do abandono. Nessa parte do texto, uma excelente fusão de letras de rap de alguns dos principais grupos do Brasil – como 509-E, Dexter, Sabotagem, Afro-X e o Trilha Sonora do Gueto – vai pontuando o argumento do autor.

Mas se o rap ajuda a estabilizar os sentidos das conexões do proceder, no momento seguinte procura-se imediatamente questionar essa estabilização, que fixaria a correlação entre homens de proceder-convívio e homens sem proceder-seguro. A “injustiça” é o eixo desestabilizador e, dependendo do ângulo, faz variar suas conexões e, portanto, suas “verdades”. No final dessa primeira parte, são apresentadas quatro narrativas de alguns ex-presidiários: vividos no cárcere no momento anterior à emergência das facções; passados por unidades prisionais com hegemonia do Primeiro Comando da Capital (PCC); passados por outras com hegemonia do Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade (CRBC); e passados pelo seguro em unidades com hegemonia do PCC e do CRBC.

Por meio dessas narrativas, que chama de “genealogias”, promove-se um deslocamento do terreno da antropologia ou sociologia da moral para a antropologia ou sociologia do poder. Somente consigo entender a opção pelo termo “genealogias” nessa direção, ainda que sua nota explicativa refira-se a “uma análise sobre a construção de verdades, conduzida a partir de uma questão atual”. A atualidade é um dos termos utilizados por Michel Foucault, citado expressamente nesse ponto do livro, para se referir ao uso específico da história adotado. Mas, quando o filósofo procurou explicar a ferramenta genealógica em um texto sobre Nietzsche, talvez tão importante (ou mais) que o tema da atualidade era sua oposição à pesquisa de origem (*Ursprung*), em que se encontra a “forma imóvel e anterior a tudo”, a “solenidade da perfeição”, enfim, lugar da “verdade última porque primeira”. Ele a substitui de um lado pela proveniência (*Herkunft*), ligada ao corpo como superfície dos acontecimentos e dissociação do Eu, lugar das marcas da história no corpo; e, de outro, pela emergência (*Entstehung*), ligada ao estado das forças, lugar do afrontamento no qual os adversários não se encontram no mesmo espaço (FOUCAULT, 1979).

Contra as gêneses lineares da história da moral, por sua preocupação com a utilidade a que se refere Nietzsche, encontra-se a filiação do francês ao alemão, assim como penso ser aquela de Adalton a ambos. Todos preferem entender minuciosa e perspectivamente a singularidade de cada conflito, conquista ou batalha em suas substituições, reposições e inversões sistemáticas, mesmo em suas desrazões e acasos, mesmo em suas baixeças<sup>1</sup>.

1 E, assim tratar a atualidade e os seus usos da história correspondentes na sua singular acontecimentalização em três direções: em primeiro lugar, ressurgir não uma decisão ou um tratado, mas sim uma relação de forças: um poder confiscado, um vocabulário retomado, uma dominação que se inverte e distende; em segundo, pontuar os acasos “não como simples sorteio, mas como risco sempre renovado da vontade de potência que a todo surgimento do acaso opõe, para controlá-lo, o risco de uma acaso maior ainda”; e, por fim, não temer ser uma história da perspectiva, “em vez de fingir um discreto aniquilamento diante do que olha, em vez de aí olhar e procurar sua lei e aí procurar submeter cada um dos seus movimentos, é um olhar que sabe tanto de onde olha quanto o que olha”.

Essa digressão me parece oportuna para explicitar a leitura das próximas camadas de complexidade topologicamente inseridas no correr do livro: o “ser ladrão” e o “crime”. Isso porque no início da segunda parte encontramos uma bela introdução, que oferece o fio pelo qual será pensado o “ser ladrão” ou a “mente”, que pode ser passível de controvérsias. Trata-se de algo que na reflexão do autor parecia estar “escapando”, quando eram consideradas mais duas categorias pensadas por meio de sua associação a tipos de jogos de cartas: a tranca, mais silencioso e “humilde”, e o truço, de gritaria e “cabuloso”. De partida, a tentação inicial era apenas acrescentar esses termos, de modo que teríamos: homens de proceder – convívio, silêncio, humildade – e homens sem proceder – seguro, gritaria, cabulosidade. Mas então o proceder estratificaria ordenadamente um conjunto de regras: de conformidade ou não conformidade, entre cumpridores e não cumpridores, espécie de acomodação ou codificação mais ou menos fixa e estabelecida, mais ou menos imposta ou aceita.

Mas o que me parece ser buscado por Adalton é a prospecção de outra coisa: “Falo de uma instancia na qual os presos voltam suas atenções sobre si mesmos, cautos quanto a uma disposição específica e quanto a um equilíbrio singular para a condução de suas próprias vidas”. Esse equilíbrio, que me parece quase nunca ser alcançado, orienta o sujeito de preocupações ao redor de estratégias, disputas, lutas, conflitos que são sua própria dinâmica. “Ser ladrão”, portanto, é uma relação política reflexiva de sua própria “caminhada” que situa mais uma vez os corpos, de fato as mentes, em uma relação de forças: “modos de defesa ‘da própria’ mente e modos de ataque à ‘mente’ do desafeto”, tecnologia singular da “mente” que se processa em lutas entre ser humilde, portanto não “humilhar os humildes” e não “abusar”; e ser cabuloso, portanto aquele que sempre pode vencer a batalha psicológica pelo controle da “mente”.

Os casos muito bem analisados por meio da narrativa de Luiz Alberto Mendes e Humberto Rodrigues farão ao leitor compreender com muito prazer essa complexa relação estratégica de posicionamento em conflitos entre “mentes”. A descrição dos “debates” envolvendo “R” e “S” reforçam ainda mais esse ponto e, para mim, confirmam de forma nítida

duas posições analíticas que compartilho com o autor em relação à própria existência dos “debates”. Em primeiro lugar, eles, chamados pela grande mídia e alguns pesquisadores de “tribunal do crime”, são uma espécie de decorrência do proceder e não do PCC. Não se trata de uma institucionalização do “crime organizado”, menos ainda algo instrumentalizado para obter “vantagens”, mas sim algo que é consequência de uma reflexão sobre o “certo”. Em segundo lugar, é necessário ter cuidado com o uso do termo “pacificação”, quando pensado com referência aos debates (TELLES e HIRATA, 2010). Afinal, eles representam um espaço radicalmente conflitivo, pois mais do que servir para mediar conflitos, os debates têm é sua mediação atravessada por eles.

[P]udemos vislumbrar os presos voltando suas atenções meticolosas sobre si mesmos, ao mesmo tempo que se voltavam na direção de seus desafetos, ou prováveis desafetos, de modo a definir suas táticas de enfrentamento num ‘debate’ deflagrado ou a calcular suas estratégias para um combate futuro. Por conseguinte, pudemos nota-los agrimensores do próprio poderio, analistas do poderio alheio, especialistas em defesa (contra insinuações e acusações), peritos em ataque (contra desafetos), enfim, estrategistas em “debates” (MARQUES, 2015, p. 143)

Assim, deve ser compreendida a reflexão do autor que finaliza essa parte, sobre os jogos de baralho: não como arranjos de “negociação” ou “parlamentarização” de regras e procedimentos comuns, mas sim formas estratégicas em relações de força: mundo de ciladas no truco, mundo de entrosamento na tranca, mundo de paciência no pôquer. Momento certo para ser humilde ou cabuloso, mas sempre mantendo o proceder, nesse universo de mundos que “arresta jogadores e regras numa tormenta imponderável”<sup>2</sup>.

É nesse ponto que podemos seguir a última parte do livro, que trata do “crime”. Mais do que uma definição categórica ou substantiva, Adalton procura prospectar um “corrimento de relações sociais donde podem emergir todos os outros usos dessa palavra”. Alguns desses sentidos o autor já explorou quando discorreu sobre o “proceder”: a divisão “convívio e seguro” e o “ser ladrão” nessa parte concentra-se no crime, que é desdobrado em quatro partes.

2 Grifo meu.

O crime, assim, é um lugar sem origem e, ao mesmo tempo, uma proveniência e uma emergência sem lugar. É sem origem pois “estava sempre aí”, “desde sempre”, “das antigas”, sendo impossível destacar o momento de origem do crime, pelas mesmas razões já explicitadas no procedimento genealógico destacado para se pensar o “proceder”. É proveniência e emergência sem lugar uma vez que “o crime vai, o crime vem”, é “movimento” e “fluxo”, não tem limites espacializados, sejam eles definidos geograficamente (um bairro, por exemplo) ou socialmente (tipos sociais). Trata-se de um movimento indeterminado, contínuo e fluido, no qual encontramos pessoas que são infratores (do código penal), como os estupradores e policiais, que nunca serão “do crime”, mas também “caras que correm com o crime” e são trabalhadores sem qualquer envolvimento com atividades ilícitas.

Isso porque o “movimento” se efetua em considerações acerca das “caminhadas”, que vão pontilhando quem são os “aliados” e quem são os “inimigos”. Essa maneira de compreensão do crime, explicitamente tributária de Antônio Rafael Barbosa ao tratar do tema da “amizade” como formadora dos comandos cariocas é radicalmente distinta das formas mais correntes de categorizar esferas (permeáveis ou não) de pertencimento, sejam elas categorias nativas ou analíticas. Barbosa destaca que os jogos de poder, inscritos nas dinâmicas de alianças e segmentaridades dos comandos, são o centro para a compreensão de sua positivação:

Amizade, aliança, é o que está na base dos comandos. Ela foi a responsável pelo seu surgimento. Por sua consolidação. E é justamente por ser este o seu fundamento que os comandos não se apresentam como forma cristalizada. A própria dinâmica do tráfico origina dissensos, passagens de um lado para o outro, rupturas internas. Poderá chegar o tempo em que surjam novas marcações e novas alianças venham a dissolver as antigas, levando consigo os antigos símbolos. Afinal, a linguagem é um espelho da guerra (BARBOSA, 1998, p. 143).

Mas, mais uma vez é preciso destacar, essa efetuação de considerações sobre “caminhadas” que produz partilhas e alianças está sempre inserida em reações de força. E tais relações estão, por sua vez, sempre imersas no “mundo

de imponderáveis”, mundo sem transcendência nenhuma, pura imanência inscrita na mais radical contingência das situações da vida loka, um mundo que não promete nada, a não ser a incerteza e a imprevisibilidade (HIRATA; 2010). E, mais uma vez, é por isso que Adalton prospecta anteriormente a tecnologia singular da “mente”, deslindando sua dimensão estratégica que depende sempre do jogo consigo, mas também com os outros, os “mil olhos” em presença dos quais a “caminhada” é refletida de forma “tensa” e imponderável, produzindo sempre rastros de incerteza. Justamente por isso, a parte termina com a música “Programado pra morrer”, do grupo Trilha Sonora do Gueto, onde se escuta “que a psicologia permaneça no seu lugar”.

Em vez de dizer “o que o crime é”, essa é a camada topológica da teoria antropológica de Adalton que desestabiliza todas as outras, talvez sendo por isso mesmo a mais decisiva, a mais central e a dinâmica que subjaz a compreensão de todas as outras. No lugar de essencializar a dizibilidade do “proceder”, a visibilidade do “convívio e do seguro” e do “ser ladrão”, todas totalizadas pelo “crime”, o que ocorre é justamente o inverso, pois o crime é “força” que transcorre por meio do que são as incertezas do que ocorre “de repente”, iluminando a não suficiência das ações (e seus sentidos) ao fazer e desfazer constantemente o movimento de disposição posicional de “aliados” e “inimigos”. O ponto que conecta as camadas da reflexão, não encontra seu “segredo profundo”, mas sim prospecta suas linhas de intensidade e formas políticas não codificáveis. A potencia do livro encontra-se então completamente exposta porque ao mesmo tempo escapa à normatização que ordenaria seu conjunto e não relativiza completamente suas posições ao revés das relações de força.

Um acontecimento. Sejam bem-vindos a conhecê-lo.

## Referências

- CLEMMER, Donald. (1958), *The Prison Community*. Nova York, Holt Rinehart and Winston.
- BADIOU, Alain. (1996), *O Ser e o evento*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BARBOSA, Antônio Rafael. (1998), *Um abraço para todos os amigos: Algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Niterói, EdUFF.
- DELEUZE, Gilles. (1973), “Pensée nomade”. In: GANDILLAC, Maurice [e] PAURAT, Bernard (orgs). *Nietzsche aujourd’hui? I. Intensités*. Paris, Hermann.
- FOUCAULT, Michel. (1979), “Nietzsche, a genealogia e a história”. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal.
- HIRATA, Daniel (2010). *Sobreviver na adversidade: Entre o mercado e a vida*. Tese (doutorado), USP.
- TELLES, Vera da Silva [e] HIRATA, Daniel Veloso. (2010), “Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo”. *Tempo Social*, Vol. 22, nº 2, pp. 39-59.

**RESENHA DE:** MARQUES, Adalton. (2015), *Crime e proceder: Um experimento antropológico*. São Paulo, Alameda.

**DANIEL VELOSO HIRATA** ([velosohirata@gmail.com](mailto:velosohirata@gmail.com)) é professor adjunto do Departamento de Sociologia e Metodologia em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da UFF, pesquisador efetivo do Necvu, do grupo Cidade e Trabalho do Laboratório de Pesquisas Sociais (LAPS), da Universidade de São Paulo (USP), e do Núcleo de Pesquisas em Economia e Cultura (Nucec), da UFRJ. Tem doutorado e mestrado em sociologia pela USP e tem graduação em ciências sociais pela mesma casa.

